



## **O ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIAIS INTERMEDIADAS PELA LINGUAGEM: A SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL<sup>1</sup>**

Maria Norma Lopes Souza Silva (PPGL-UNEMAT)<sup>2</sup>  
[normalibras@unir.br](mailto:normalibras@unir.br)

Patrícia Nattes dos Santos (PPGL-UNEMAT)<sup>3</sup>  
[pattynattes@hotmail.com](mailto:pattynattes@hotmail.com)

O desafio do professor frente as diversidades culturais na linguagem, e as exigências de uma gramática normativa levam ao campo educacional questões pertinentes para reflexões sobre as práticas pedagógicas. Assim, com a desvalorização da língua de determinados grupos sociais, o campo da sociolinguística tem avançado e contribuindo muito para o ensino.

Um dos principais fatores responsáveis pela variação linguística são: os grupos etários, o gênero, o status socioeconômico, o grau de escolarização e a rede social. Desse modo, esse novo campo das ciências sociais abre espaço para repensarmos o ensino aprendizagem na tentativa de amenizar os problemas que afligem os educandos. E descartar a ideia da “Teoria dos códigos sociais de Basil Bernstein, que explicavam o fracasso escolar das crianças dos grupos minoritários com a tese de déficit genético e cultural” (BORTONI-RICARDO (2006, p. 73).

Vale ressaltar que esta temática também foi apresentada por Magda Soares de maneira esclarecedora em seu livro, “Linguagem e escola: uma perspectiva social” e que corroboramos, pois, esse tipo de preconceito racial e linguístico deve ser combatido.

Com base nos estudos de Soares (2002), a partir da década de sessenta e setenta com os movimentos reivindicatórios minoritários, o sociolinguista rejeita a concepção de que os problemas na educação fossem ocasionados por deficiências linguísticas, mas

---

<sup>1</sup> Ensaio produzido na Disciplina “Sociolinguística”, ministrada pela Profa. Dra. Cristiane Schmidt, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, em 2019.1.

<sup>2</sup> Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT.

<sup>3</sup> Mestranda em Linguística na Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT



sim por existirem diferenças linguísticas. Nesse sentido, deve-se considerar o dialeto dos educandos, embora também deva ser apresentado o dialeto padrão.

Ademais, no que concerne à educação bidialetal, Bortoni-Ricardo (1993, p. 72) aborda que cogitou necessário a adoção de um currículo bidialetal, visando facilitar para o educando a transição entre sua variedade e a variedade padrão, tanto escrita quanto oral. Em contraposição, ela salienta que este currículo exige reflexões, “procura-se responder a duas questões: o que ensinar (levando-se em conta o bidialetalismo nas comunidades de fala) e como implementar uma pedagogia sensível aos padrões culturais e linguísticos dos educandos”.

Sendo assim, enquanto a instituição escolar não corrigir suas práticas e aceitar a ideia de que o problema não é o dialeto do aluno, o fracasso educacional permanecerá. Tendo em vista que, a variedade linguística tem o mesmo valor como sistema estruturado e coerente, independentemente de ser de mais ou menos prestígio.

O estudo das línguas de diferentes culturas deixa claro, da mesma forma, que não há línguas mais complexas ou mais simples, mais lógicas ou menos lógicas: todas elas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem, e igualmente válidas como instrumentos de comunicação social (SOARES, 2002, p. 39).

Percebe-se que não importa o dialeto de um grupo social, desde que haja comunicação e interação essa variedade é válida.

Nesse sentido enquanto educadores deve-se atentar para o fato de que cunhou a falsa ideia que a sociolinguística defende o “erro”. Embora reconheça as variantes, os professores precisam estar cientes que o aluno deverá empregar o enunciado adequado a um determinado contexto. Além de perceber a diferença e importância entre a forma oral e escrita das mais variadas circunstâncias.

Vale ressaltar que a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2017), afirmou que são faladas mais de 250 línguas no Brasil, entre indígenas, de migração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além da língua portuguesa e suas variedades.



Em relação à heterogeneidade linguística e cultural no Brasil, torna-se um ponto de reflexão básica para um contingente significativo de estudos linguísticos. Assim, segundo Camacho (2012, p.62), os linguistas acordam “com o princípio de que nenhuma língua natural humana é um sistema em si mesmo homogêneo e invariável. Todos os níveis de análise linguística estão sujeitos ao processo de variação” da língua.

Dessa maneira, Calvet (2002), sustenta que as línguas passam diariamente por mudanças e no decorrer do tempo evoluem. Deste modo, os falantes em sociedade, compartilham com os seus membros diversas experiências vividas, logo, esse contato estabelecido entre os usuários da língua converte em semelhanças e diferenças entre o modo de falar (SCHMIDT, 2015).

Sendo assim, para Bagno (2006), a diversidade e variedade na fala gera o preconceito linguístico, como sendo um modo negativo de taxar a fala de um sujeito e ignorar a diversidade de dialetos oriundos da língua portuguesa falada pelos brasileiros. Isso acontece porque na sociedade brasileira, quando a questão a ser tratada é direcionada para a “língua”, há duas ordens de discurso que se contrapõem: o discurso científico, embasado nas teorias da Linguística moderna, que trabalha com as noções de variação e mudança; e o discurso do senso comum, impregnado de concepções arcaicas sobre a linguagem e de preconceitos sociais fortemente arraigados, que opera com a noção de erro.

De tal modo, ao relacionar o ensino da língua portuguesa em meio as variedades linguísticas presentes no Brasil, é fundamental que professores e instituições educacionais reconheçam essa diversidade linguística presente nesses ambientes e em especial no processo de ensino aprendizagem das crianças. Vale ressaltar que a não aceitação, ou seja, o não reconhecimento da variedade linguística (variação de sotaques) faladas pelos alunos, pressupõem como consequência o preconceito linguístico.

Mediante essa conjuntura, Soares (2002), assegura que as escolas têm se mostrado incompetentes para lidar com a educação das camadas populares (menos favorecida), e isso reforça um avanço para as desigualdades sociais, gera discriminações, fracassos, já que a escola usa e quer ver usada a variante padrão socialmente prestigiada.

Possenti (2001), assevera que a escola objetiva propiciar condições para que o português padrão seja aprendido e que um ensino de língua bem-sucedido deve ter uma concepção clara do que seja uma criança e do que seja uma língua (cabe ao professor ser um bom observado). Ainda, as línguas são estruturas de igual complexidade. Não há línguas simples e línguas complexas, primitivas e desenvolvidas, todos sabem falar bem. A escola não ensina língua materna a nenhum aluno. Ela recebe alunos que já falam. Logo, todas as línguas variam, ou seja, não existe nenhuma sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma. Sendo assim, todas as línguas mudam e não se aprende por exercícios, mas por prática significativa. O domínio de uma língua é o resultado de práticas significativas contextualizadas.

À vista disso é fundamental que a escola reconheça que em meio ao espaço educacional e social estão presentes as variações linguísticas. Dessa maneira faz-se necessário que a mesma busque estratégias e mecanismos para as questões linguísticas que nela ocorrem; não impor e aceitar apenas a língua padrão, mas incluir a língua popular no sistema de ensino. E que na maioria das vezes, o uso da língua portuguesa do Brasil é baseado na gramática normativa, as regras que são ensinadas na escola em muitos casos não correspondem à língua falada no Brasil, o que vem a dificultar o aprendizado pelos alunos oriundos dessas classes sociais menos favorecidas.

Bagno (2006), reforça que escolas e professores devem permanecer atentos em relação ao preconceito linguístico e que a escola propicie espaços para as possíveis manifestações linguísticas: rurais, urbanas, formais, informais, cultas, não cultas, orais, escritas, entre outras. De tal modo, quando o aluno cria contato com todas as variações linguísticas, há uma possibilidade de escolha ao se expressar nas diferentes circunstâncias de comunicação.

Sendo assim, as palavras de Bortoni-Ricardo (2006), referente a sociolinguística educacional, elucida que os professores devem apresentar aos alunos que há várias formas de dizer a mesma coisa, ou seja, vivemos em país rico em diversidade linguística e cultural, e que cada maneira de dizer é recebida de um modo diferenciado, algumas geram prestígio e outras provocam uma imagem negativa do falante. Para isso faz-se



necessário reconhecer que há lugar e ocasiões que se exige fazer uso de uma maneira e não de outra.

Com relação à variedade linguística, o respeito a peculiaridade cultural e linguística auxilia na incorporação do educando na cultura escolar e em sua autoestima. Assim como o professor ao identificar atributos sociolinguísticos, agregar as suas práticas pedagógicas estratégias para o êxito no ensino aprendizagem. Dessa forma, acreditamos que seria o início de uma mudança no contexto escolar para sanar as dificuldades enfrentadas pelos alunos.

Não cabe ao professor impedir ou reprimir o aluno ao expressar seus “saberes sociolinguísticos”, mas sim ajudar na “preservação de sua identidade”. Embora, o aluno deva saber empregar a variedade adequada à cada ocasião.

### REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 47.ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- BORTONI-RICARDO; Stella Maris. **Educação Bidialetal – O que é? É possível?** IN SEKI, Lucy (org.). Linguística indígena e educação na América Latina. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- CALVET, L. **Sociolinguística: Uma introdução crítica**. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMACHO, R.G. Sociolinguística. In: Mussalim e Bentes. **Introdução a Linguística: domínios e fronteiras**. Vol. São Paulo: Cortez, 2012.
- IPHAN- **Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/indl>>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- POSSENTI, S. “**Sobre o ensino de Português na escola**”. In: O texto na Sala de Aula. SP: Editora Ática, 2001.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ed. Ática, 2002.
- SCHMIDT, Cristiane. Língua: na perspectiva da mudança e da diversidade. *Web-Revista Sociodialeto*, v. 5, n. 15, 2015.
- TARALLO, Fernando Luiz. **Pesquisa Sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

Recebido Para Publicação em 28 de setembro de 2019.

Aprovado Para Publicação em 30 de novembro de 2019.